

Economistas receosos com o FMI

OLIVIER UDRY

A proximidade de um novo acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional gera grandes expectativas para a economia brasileira. Afinal, da última vez em que ambos negociaram não restam lembranças agradáveis. Será que agora as lições foram aprendidas?

Para o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, da FGV, o Brasil demonstra "uma tendência progressivamente suavizada" na renegociação de sua dívida externa

e nas conversas com o FMI. Na gestão do ex-ministro Dilson Funaro, firmar um acordo *stand-by* estava fora de cogitação. Admitia-se apenas a visita de técnicos do FMI, nos termos do famoso artigo 4, para tomar conhecimento das contas brasileiras. Com Bresser Pereira, a filosofia mudou: tentou-se um compromisso com o FMI, mas estabeleceu-se a ressalva de que os desembolsos desta entidade não poderiam continuar vinculados aos dos bancos privados. Aliás, segundo Nogueira Batista Júnior, essa é uma questão sobre a qual a equipe econômica tem silenciado, ultimamente. "Mas ela é muito importante: se a vinculação for mantida, o poder de pressão do FMI e dos bancos aumenta".

Para esse economista, que até pouco tempo acompanhava no governo a renegociação da dívida, é evidente que o Brasil está voltando às regras convencionais do jogo. Isso não significa, entretanto, voltar à estaca zero, ou seja, ao tipo de negociação ocorrido em 1983, quando raramente houve consenso entre os dois parceiros.

Nogueira Batista Júnior chama a atenção para um ponto que julga interessante: "Apesar do retorno ao estilo convencional de negociação, o Brasil não suspendeu a moratória e o governo ainda lança mão desse recurso hoje, mesmo sem apoio político. O fato de termos pago juros recentemente não significou o fim da moratória: esta só acaba quando os pagamentos forem regularizados, o que não aconteceu até agora".

DEFICIT: O CENTRO DAS ATENÇÕES

Os recursos que poderão ser obtidos do FMI neste ano (US\$ 750 milhões) ainda serão menores do que a quantia que o Brasil pagará à entidade (US\$ 1,2 bilhão). E qualquer financiamento passará pela rotina da formulação de uma Carta de Intenção, que segue com um anexo precioso denominado Memorando



Batista Jr: Volta à negociação convencional

Técnico de Entendimento, um documento que contém as metas e os critérios de avaliação acertados com o FMI.

Nogueira Batista Júnior afirma que a principal questão a ser levantada pelo FMI será a do déficit público, "que também é uma preocupação do Brasil". O FMI não visa a política salarial como meta, "pois trata-se de uma área muito sensível no plano político". Mas ele acaba interferindo através do déficit: recomendações de corte na folha de pagamento do governo respingam inevitavelmente sobre toda a política salarial. Em 1983, quando o governo baixou o Decreto nº 2.045, que reajustava os salários em 80% da inflação passada, era notória a pressão emanada das negociações com a entidade. Hoje, o quadro também é crítico: a próxima mudança de nível da URP trará enorme impacto para os salários do funcionalismo e das estatais e certamente será alvo dos olhares severos do FMI, ainda que este se preocupe com outras variáveis críticas da economia, como o balanço de pagamentos, a dívida externa, as políticas fiscal, monetária e cambial e até mesmo a política de investimentos na medida em que esta pode abrir espaço para financiamentos do Banco Mundial, que aliviam as contribuições do FMI e dos bancos privados.

Uma ressalva, porém: o acordo pode não ser alcançado. Em 1985, a equipe de Funaro reuniu-se diversas vezes com o FMI, sem que chegassem a um consenso. Em 1984, a Argentina enviou uma Carta de Intenção unilateral (sem negociação prévia dos termos de entendimento) que o FMI recusou. "Foi um gesto político para caracterizar o desacordo com as práticas do Fundo", lembra o economista. Hoje, o FMI está, nas palavras de Winston Fritsch, economista da PUC/RJ, mais flexível: "Ele aceita melhor as terapias heterodoxas de combate à inflação e não deve empurrar uma política

salarial tão severa como o fez em 1983. Mas ele será muito rigoroso com o déficit, que derrubou Bresser Pereira. Ele tentou formular, no Plano de Consistência Macroeconômica, uma política que resultaria em redução do déficit e permitiria o acordo com o FMI. Mas quando ele pensou em começar a implantá-la perdeu apoio. Não sei como Mafilson da Nóbrega conseguirá resolver o problema".

Winston Fritsch ressalva que a política de Bresser era parecida com a do FMI, mas preservava a soberania brasileira. Faltou fazer a reforma tributária, que ainda é extremamente necessária hoje: "Não adianta o ministro dizer que a folha de salários do governo é 106% da receita fiscal porque esta se encontra em um nível historicamente baixíssimo e tende a cair ainda mais com a retração que estamos vivendo na atividade econômica. A idéia é sutil, mas não convence: cortar gastos de custeio é uma tarefa impossível nas atuais circunstâncias. E falta uma política de controle da inflação que permita ao governo aumentar sua receita tributária líquida. Pode-se até chegar a um acordo com o FMI, mas não sei se há condições de cumpri-lo".

Esse ceticismo é compartilhado por um dos principais integrantes da equipe de Bresser Pereira para a renegociação externa. A dificuldade política de se reduzir o déficit emperra a priori qualquer acordo e o risco de repetição do não cumprimento das Cartas de Intenção de 1983 e 1984 é demasiadamente grande para ser ignorado.

Para Winston Fritsch, o FMI até que dá sua "contribuição", tendo abrandado exigência e revisto critérios: não insiste mais em metas nominais, adota um monitoramento mais suave (as metas são verificadas a cada seis meses em vez de três antigamente), não existe mais confusão conceitual quanto ao cálculo do déficit público e sabe que pelo menos uma parte do governo brasileiro quer resolver essa última questão. "Mas ele não entra no mérito político da discussão", salienta o economista, lembrando que o acordo brasileiro, se for sacramentado, deverá ser parecido com o da Argentina e com o que previa o Plano Macroeconômico de Bresser Pereira.

Menos exigências, porém maior rigor no cumprimento das metas. Essa é a filosofia atual de trabalho do FMI, talvez preocupado com alguns resultados obtidos por países que dele se socorreram ultimamente. As 15 economias que faziam parte do Plano Baker (para receberem maior auxílio do FMI e do Banco Mundial) deviam, em fins de 1985, um total de US\$ 445,9 bilhões e passaram para US\$ 485 bilhões no final de 1987. Melhoraram o crescimento anual médio do PIB, que passou de menos 0,3% entre 1980/84 para 2,8% entre 1984/87. Mas o consumo anual médio per capita continua um desastre: evoluiu de menos 1,8% para menos 1,3% enquanto o pagamento dos juros como parte das exportações praticamente não mudou.